

CENTRO URBANO: O PALCO DAS MEMÓRIAS E DOS LUGARES**URBAN CENTER: THE STAGE OF MEMORIES AND PLACES**Mariana Zerbone Alves de Albuquerque¹Ítalo Pereira de Sousa²

Resumo

Mudanças nas estruturas sociais foram recorrentes no decorrer da história da sociedade. Diante de cada reestruturação que ocorre, as cidades se transformam, passando a oferecer mudanças e permanências em seu espaço. Nessas mudanças, pensa-se na ideia de lugar, conceito oriundo da Geografia, assim como na discussão sobre memória, essa sendo colaboração da História. Para visualizar de forma prática a relação existente entre esses conceitos, a cidade emerge como objeto de estudo, sendo um dos palcos para a formação das memórias, assim como também dos lugares. Nesse sentido, o presente artigo busca compreender o elo entre as memórias dos lugares e os lugares de memória através da luz de concepções da História e da Geografia.

235

Palavras-chave: Cidade; Memória; Lugares; História; Geografia

Abstract

Changes in social structures have been recurrent throughout society's history. With each restructuring that occurs, cities undergo transformations, offering both changes and continuities within their space. In the midst of these changes, the concept of place, originating from Geography, as well as the discussion on memory, contributed by History, come to mind. To visually understand the relationship between these concepts, the city emerges as a subject of study, serving as one of the stages for the formation of memories,

¹ Professora Associada III da Universidade Federal Rural de Pernambuco, possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004), graduação em Graduação Sanduiche - Technische Universitat Berlin (2003) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e Doutorado em Geografia Humana pela USP (2009). E-mail: mariana.zerbone@ufrpe.br.

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Professor de História no ANBEAS - Colégio Nossa Senhora da Conceição. E-mail: italops.wow@gmail.com.

as well as places. In this sense, this article aims to comprehend the link between memories of places and places of memory through the lens of both History and Geography concepts.

Keywords: City; Memory; Places; History; Geography

Introdução: tempo e espaço, memória e lugar, História e Geografia

O diálogo entre História e Geografia sempre foi significativo, uma vez que são duas áreas das Ciências Humanas que se relacionam mutuamente com grande frequência. A História, de acordo com Marc Bloch (2002), aprofunda-se no estudo do tempo vivido pela sociedade, com foco nas ações humanas e todas suas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. A Geografia, por sua vez, pode ser vista à luz de Richard Hartshorne (1978), que a entende como a ciência que analisa a interação entre os fenômenos na superfície terrestre, incorporando elementos naturais e humanos em uma abordagem unificada.

É preciso deixar claro, dessa forma, que as áreas de atuação dessas ciências possuem várias ramificações, não podendo ser definidas tão precisamente. Pode-se afirmar que tanto a História como a Geografia são ciências que, assim como outras, não estão finalizadas, estando assim em crescimento contínuo. Ambas dentro de uma grande área conhecida como Ciências Humanas e Sociais, dialogam entre si, trazendo benefícios mútuos dessa aliança científica.

Dentro desses diálogos, está a discussão entre lugar e memória, ou, mais especificamente, o entendimento sobre o que são os *lugares de memória* e o que é a *memória dos lugares*. Nesse contexto, apenas uma mudança na ordem das palavras modifica a constituição dos significados de ambas as expressões, além de possuírem sentidos que se complementam em uma relação também externa.

No que diz respeito a lugar e memória, torna-se importante entender que a discussão acadêmica sobre essa inter-relação é algo que vem sendo trabalhado pelas ciências humanas e sociais há décadas. O sociólogo francês Maurice Halbwachs foi um dos precursores nesse tema, através da sua obra *Memória Coletiva*, de 1950, na qual o autor veio a explorar como se dá a construção da memória coletiva no meio social, destacando a importância dos lugares nessa concepção. Mais adiante, o geógrafo chinês Yi-Fu Tuan, na década de 1970, trouxe as discussões acerca do lugar, colaborando assim para a construção desse conceito no meio acadêmico.

Com isso em mente, o objetivo deste artigo é compreender o elo existente entre os lugares de memória e a memória dos lugares, tomando como ponto de partida a compreensão da relação entre esses dois termos, como um suplementa o outro e como sua concepção pode ser efetuada no ambiente das cidades ao longo do cotidiano vivido nesse determinado espaço. Para essa compreensão, é preciso discutir tanto com os conceitos clássicos, como o de Halbwachs, com outros mais recentes, como Pierre Nora, por exemplo. Tratando-se de um trabalho com uma visão teórica interdisciplinar, é necessário salientar que outros autores também foram evocados quando necessário.

Para que o desenvolvimento do artigo fosse possível, foram feitas análises de recortes bibliográficos para construir a discussão do tema proposto. Sendo assim, a sua metodologia encaixa-se como revisão bibliográfica.

Para a aplicação das teorias a serem discutidas, a cidade – com foco em seu centro – foi utilizada como objeto neste estudo, buscando assim compreender a concepção dos lugares da memória e das memórias dos lugares no ambiente urbano. Dessa forma, suas nuances, suas paisagens e o seu cotidiano entram na discussão para que se torne possível a visualização do que será discutido adiante. A cidade, como portadora dos lugares de memória, tem função fundamental tanto na concepção desses espaços como na formação da memória coletiva que se consolida conjuntamente a eles.

O cotidiano vivido na cidade faz parte do processo de formulação dos lugares de memória. É a partir das experiências vividas nesse cotidiano que os habitantes de determinada cidade irão formar suas memórias e assim gerar o lugar de memória. Sendo assim, entender o cotidiano citadino e como ele interfere nessa formação de memórias, se faz necessário para a compreensão da discussão presente neste trabalho.

Espera-se que, com o debate teórico interdisciplinar, somado com a visualização da teoria debatida no ambiente urbano e no cotidiano vivido em determinado espaço, um entendimento para a problemática supracitada seja obtido.

O lugar: concepções geográficas

O conceito de “lugar” consolidou-se na Geografia Humanística na década de 1970, com autores como Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Anne Buttimer e J. N. Entrikin, que convergiam em uma linha de pensamento que prioriza as relações afetivas vivenciadas pelas pessoas em relação ao ambiente ao seu redor. Na perspectiva dessa corrente geográfica, Adriana Leite (1998) aponta que:

Para os seguidores da corrente humanística, o lugar é principalmente um produto da experiência humana: “(...) lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (Relph, 1979). Ou ainda, “lugar é um centro de significados construído pela experiência” (Tuan, 1975). Trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello, 1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (Tuan, 1975; Buttimer, 1985a). Nas palavras de Buttimer (1985b, p. 228), “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (Leite, 1998, p. 10)

Nesse sentido, o lugar não é compreendido no mundo concreto; sua construção é subjetiva e incorporada às práticas do cotidiano. O lugar é forjado através das vivências no espaço que ficam ligadas a uma memória individual. Acerca de como a concepção do lugar se forma, Leite (1998) dialoga com Tuan (1975) e Relph (1979), afirmando que:

Como afirma Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. Nas palavras de Tuan (1975), o lugar “é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos”. Tuan (1975), afirma ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. No entanto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se a primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (Tuan, 1983). Em contraste, uma pessoa pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento (Leite, 1998, p.10).

Sendo assim, é possível afirmar que a formação do entendimento de lugar parte, primeiramente, da memória, ou seja, a princípio, a relação afetiva com determinados espaços vividos cria a memória e, a partir dessa afetividade, vem o lugar. O lugar é a extensão do acontecer solidário, entendendo-se por solidariedade a obrigação de se viver junto. O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo (Santos, 1994 *apud* Abreu, 1998, p. 10).

A memória: concepções historiográficas

A memória ocorre espontaneamente no ser humano. Guardamos lembranças em nosso consciente e no subconsciente, as quais constituem nossa memória e fazem parte

da nossa história como seres sociais. Tendo compreendido o lugar com o que foi discutido até aqui, pode-se dizer que é nele onde a memória é cristalizada. Nesse espaço da memória, as identidades culturais afloram e trazem seus significados acerca das tradições evocadas pela memória. Segundo Sônia Peres (2021):

A memória pode ser interpretada como reminiscências do passado onde surgem no presente, no pensamento de cada sujeito, ou como forma da nossa capacidade de guardar quantidade de informações de fatos que foram vividos no passado, devido ao nosso convívio social com outras pessoas, a nossa lembrança necessita de uma comunidade afetiva (Peres, 2021, p. 73).

O ponto de vista da autora, é harmônico com o que foi formulado por Maurice Halbwachs, que afirma que as memórias surgem a partir de construções elaboradas, ao longo do tempo, por determinados grupos sociais. Dessa forma, a memória tem um grau de coletividade, onde, segundo Halbwachs (2013):

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (Halbwachs, 2013, p. 39).

Portanto, Halbwachs argumenta que, embora essas memórias possam residir inicialmente como experiências individuais em nosso interior, elas são intrinsecamente coletivas, pois só podemos reconstruir uma imagem do passado com a contribuição de inúmeros fragmentos de lembranças trazidos à tona pelos relatos de outras pessoas.

As memórias, portanto, possuem uma pluralidade. Quando se pensa sobre as memórias dos lugares, trazendo o cenário da cidade para análise, é importante ter em mente que as memórias construídas ao longo da história daquele determinado ambiente, foram fruto de uma construção da sociedade que ali habitou. Pode-se dizer que “a menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva” (Bosi, 1994, p. 55).

Joël Candau (2012), por sua vez, possui um entendimento diferente sobre memória coletiva, para o autor, esse tipo de memória não pode ser tratado sem ponderar alguns pontos sobre a solidez das lembranças que constituem determinadas memórias. Logo, para preencher esquecimentos, a memória pode ser moldada por determinados grupos, configurando-se assim como uma representação. De acordo com o autor trata-se de “um

enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo” ou “um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças” (Candau, 2012, p. 24-25).

Quando se trata da relação entre a História e a memória, Pierre Nora (1993) entende como uma ruptura, onde ambas apresentam traços opostos, com determinadas particularidades e modos de operar. O autor aponta:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (Nora, 1993, p. 09).

Dessa forma, torna-se possível compreender que a construção da história instrumentaliza o que entendemos como memória e, conseqüentemente, há o surgimento do lugar da memória, que é um espaço repleto de significado no qual a história deseja perpetuar através da transformação desses objetos ou práticas em monumentos. Os lugares da memória irrompem de uma necessidade de criar arquivos e mantêm-se através do sentimento de que não há memória espontânea (Nora, 1993, p. 11). Segundo o autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreia. São bastões sobre os quais ela se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que elas envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente há vida, quando o mar se retira da memória viva (Nora, 1993, p. 13).

Para Nora (1993), os lugares de memória possuem três sentidos: material, simbólico e funcional, não necessariamente ocorrendo de forma isolada, e, além disso, podendo acontecer simultaneamente. A aura simbólica do lugar depende das experiências, vivências e das construções sociais que compõem o imaginário singular e coletivo. O que

constitui o lugar de memória parte de um jogo entre a história e a memória, onde, para se afirmar como tal, é preciso primeiramente ter o que o autor chama de "vontade de memória". A partir desse primeiro movimento, evita-se que o lugar seja visto apenas como mais uma fonte de lembrança e passe a ter mais dos sentidos apontados anteriormente: material, simbólico e funcional. Caso não aconteça esse primeiro movimento, ele passa a ser um lugar de história, pois se esvaziará desses sentidos e sobrarão apenas a lembrança do lugar para ser registrada.

Sendo assim, é possível observar que a memória e a história, com suas diferenças, se separam, criando uma apropriação de uma pela outra. Nora (1993), sobre isso, afirma que:

Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão da memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história. Sem dúvida é impossível não se precisar dessa palavra. Aceitemos isso, mas com a consciência clara da diferença entre memória verdadeira, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmite os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a memória transformada por sua passagem em história, que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante. Da primeira, imediata, à segunda, indireta (Nora, 1993, p. 14).

Nesse contexto, podemos observar que isso se constitui de duas grandezas diferentes, mas que atuam em conjunto para a construção de um saber científico. Nas palavras de Catroga (2015):

Só um cientismo ingênuo pode aceitar a existência de uma radical separação entre a retrospectiva da memória e a retrospectiva historiográfica, tanto que ambas não são exclusivamente criadas pela imaginação e, ainda que por vias diferentes, aspiram o verossímil, seja por fidelidade ou por veridicção (Catroga, 2015, p. 53).

Dentro da sua discussão sobre história e memória, Catroga (2015) evoca a visão de Febvre (1953) e Marrou (1954), que afirmam que a memória sacralizaria as recordações, enquanto o discurso historiográfico construiria uma operação intelectual a partir da desmistificação das interpretações (Febvre, 1953; Marrou, 1954 apud Catroga, 2015, p. 54-55). Chartier (2009) reforça essa colocação da seguinte maneira:

Sem dúvida, entre história e memória as relações são claras. O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de rememoração e a

institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo. A segunda inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, “científico”, no sentido de Michel de Certeau (Chartier, 2009, p. 24).

É possível afirmar que tanto a história quanto a memória são representações do passado, no entanto, com um modo operacional diferente. A memória individual, por exemplo, é criada a partir de experiência dos sujeitos que vivenciam experiências variadas, particulares e, por conseguinte, formulam sua memória. A memória coletiva parte de uma comunidade – que partilha de uma memória em comum – e que a tem como uma memória norteadora da identidade enquanto sujeitos pertencentes daquele lugar de memória. Quando essas memórias coletivas, formadoras de uma identidade, vão se legitimando como “memória oficial”, deixam de ser memória e se tornam história. Logo, a história tem esse “Gesto de sepultura” (Catroga, 2015, p. 55).

Assim, com o entendimento sobre lugar e memória definido e já adentrando na discussão acerca de lugares de memória, torna-se possível discutir a proposta que norteia esse artigo: o elo entre os lugares de memória e as memórias dos lugares.

A cidade, o lugar e a memória

A cidade, além do espaço ocupado, é palco de tensões sociais; é o espaço onde ocorrem movimentos de mudanças, transformações políticas, reivindicações, tomadas de decisões. Acerca da cidade, Maurício de Abreu (1998) define: “A cidade é uma das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço” (Abreu, 1998, p. 14).

Para ter toda essa interação, esse espaço é habitado e pertencido. Os cidadãos irão, ao longo de sua trajetória na cidade, formar recordações que essas ficarão atreladas aos espaços vividos, gerando pertencimento e, com isso, a concepção de lugar.

Nesse contexto, Pesavento (2008) desenvolveu uma narrativa pertinente sobre o centro das cidades. As cidades, e em especial os seus centros, são tidas como lugares de memória, como apresenta a autora:

A definição, no caso, parte de uma referência espacial, ou seja, geográfica e de dimensão física: o centro é o núcleo original, o ponto de partida nodal e uma aglomeração urbana. O centro é, pois, o marco

zero de uma cidade, o local onde tudo começou, o seu núcleo de origem. Assim sendo, o centro é um espaço privilegiado no tempo (Pesavento, 2008, p. 04).

De acordo com ela, é a partir do centro que a cidade desenvolve os seus mecanismos sociais, políticos, econômicos e culturais. O centro da cidade compõe parte da paisagem urbana e é o local de vivência não só daqueles habitam a cidade, mas também daqueles que estão apenas de passagem pela localidade.

A partir dessas vivências, as identidades são criadas, sendo um movimento de via dupla: Os habitantes e transeuntes criam suas identidades em relação à cidade e às experiências, enquanto o imaginário ajuda a compor a memória coletiva do lugar, transformando o centro da cidade em um lugar de memória. Tal memória tende a circular através da sociedade pelo imaginário, que são construídos desde experiências vividas no lugar até a relatos ouvidos sobre determinado lugar. Sobre o imaginário da cidade, Ferrara (1997) apresenta que:

[...] o imaginário corresponde à necessidade do homem produzir conhecimento pela multiplicação do significado, atribuir significados a significados; suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais por um processo associativo onde um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana – locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados – passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhes deu origem (Ferrara, 1997. p. 194).

Esse significado originário, mencionado pela autora, pode vir com um sentimento de nostalgia acerca dos espaços. Tal sentimento faz parte do imaginário dos lugares e se faz necessário para a crítica do novo modelo técnico das cidades modernas, que afeta principalmente os centros urbanos. De acordo com Bresciani (1997):

[...] a nostalgia das antigas praças irregulares e simétricas em sua irregularidade, praças que não são lugares de passagem ou entroncamento de ruas, mas simplesmente lugares onde as pessoas sabem que poderão encontrar-se e se identificar-se enquanto habitantes *daquela cidade*. Lugares, pois, onde os edifícios públicos *simbolizam* a identidade coletiva, reenviam ao homem a imagem de sua própria liberdade; sem dúvida resíduo arcaico do tempo em que os habitantes das cidades compravam sua liberdade, em que o habitante das cidades livres contrastava com a servidão do homem do campo. Nostalgia necessária para compor a crítica ao “funesto sistema de blocos de edifícios” e ao caráter desfigurado (sem rosto próprio) da cidade moderna, lugar onde o homem, ao invés de destacar-se pelo dom da boa oratória, se aproxima e se assemelha às máquinas (Bresciani, 1997. p. 20).

Nesse sentido, a formação da concepção de lugar, em determinado indivíduo, depende de um conjunto de fatores relacionados à dinâmica da cidade para poder acontecer. Um desses fatores está ligado à valorização das memórias dos lugares, o que se torna progressivamente mais difícil devido ao processo de globalização. O avanço da globalização ocasiona uma expansão da ideia de lugar. A homogeneização dos vários lugares ocasiona um grande problema quando não se há uma valorização do passado e um estímulo para a elaboração da história dos lugares, provocando o esquecimento e o esvaziamento da individualidade do lugar. Nesse sentido, Abreu (1998) aponta:

Com efeito, foi a partir da Ilustração que as sociedades ocidentais passaram a redirecionar a sua visão de mundo, antes orientada para a "grandeza" e a "majestade" do passado, transferindo seu foco de atenção para o "futuro", para o "progresso". Olhar com reverência para o passado passou a ser visto, a partir de então, como sinônimo de saudosismo ou como atitude tipicamente reacionária, uma associação de idéias que só tendeu a ampliar o seu escopo com o tempo. Era para o futuro, e não para o passado, que as sociedades deveriam olhar! (Abreu, 1998, p. 06).

O movimento de modernização também progrediu em paralelo. No entanto, essa modernidade é ditada através de uma ideia de progresso de uma elite conservadora detentora do poder, que sempre está “em busca do novo”. Benjamin (2021, p. 179) aponta que “o moderno opõe-se ao antigo, o novo ao sempre igual”. Dessa forma, o moderno é algo mais profundo, não sendo apenas, portanto, o que se entende no saber comum de “novidade”. Ao trazer as reflexões sobre *As flores do mal* de Baudelaire, Walter Benjamin consegue aprofundar-se nesse conceito. O autor afirma que:

Em Baudelaire, o “moderno” não assenta única e principalmente na sensibilidade. Nele exprime-se uma espontaneidade suprema; a modernidade é em Baudelaire uma conquista, tem uma armadura. Parece que só Jules Laforgue viu isso, ao falar do “americanismo” de Baudelaire (Benjamin, 2021, p. 158).

Todavia, a “conquista” da sociedade, como aponta Baudelaire, não é uma conquista pacífica, uma vez que acontece através de conflitos para que se estabeleçam as mudanças em meio social, político, econômico e cultural. Benjamin aponta para uma armadura sob posse da modernidade, que, segundo o autor, se trata da alegoria do poder transformador dessa modernidade (Benjamin, 2021, p. 179). Sendo assim, para esclarecer o significado dessa alegoria, Benjamin retoma a Baudelaire e afirma que: “A alegoria de Baudelaire – ao contrário da do Barroco – traz as marcas da cólera, indispensável para arrombar as

portas deste mundo e deixar em ruínas as suas contribuições harmoniosas” (Benjamin, 2021, p. 168).

Posto isto, de acordo com a visão de Benjamin (2021), a modernidade veio para transformar, de maneira violenta, a cidade e todo o seu contexto. O fazer e o viver a cidade mudou de forma drástica o cotidiano, as experiências e as memórias; estas, portanto, passariam a sofrer mudanças com a mesma marca da cólera causada pela chegada da modernidade. Nessa conjuntura, o "velho" é deixado para trás para dar lugar ao "novo". No entanto, por muitas vezes não houve a cautela ao registrar a memória dos lugares, gerando uma lacuna na sua história e um esvaziamento do lugar, tendo como consequência a anulação de suas memórias.

Abreu (1998) cita exemplos de cidades que hoje sustentam posições de baluartes e bastiões da memória e do patrimônio nacional, todavia, nada (ou quase nada) são de fato estruturas que transpareçam a verdadeira origem de determinados centros urbanos, dando origem a um problema existente na maioria das cidades: a formulação de uma memória coletiva e de lugares de memória não necessariamente vivenciados por todos aqueles que habitam a cidade mas que acabam consumindo as versões de memórias moldadas como natural diante da valorização estimulada por uma camada dominante da sociedade que acaba impondo suas versões de memória aos espaços, formando assim, uma memória artificial.

Essa busca desesperada pelo novo, marcante principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, ocasionou uma crise de memória, uma vez que as cidades estavam se esvaziando de significado e identidade própria. A busca pelo novo não respeitou a heterogeneidade da memória, que, diferentemente dos parâmetros da globalização, a sua forma coletiva não é homogênea, como aponta Abreu (1998):

Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Consequentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência a essa mesma cidade (Abreu, 1998, p. 14).

Diante desse problema gerado pela elite conservadora e pela expansão da ideia de lugar ocasionada pela globalização, surge a necessidade da busca das memórias da cidade

para entender o seu passado e ter o pertencimento gerado através desse processo. No entanto, o que se torna evidente é uma construção de identidade e de mentalidade formulada por aqueles que possuem uma influência maior na sociedade, que acabam impondo suas versões da memória, que como foi discutido até aqui, deveria ser multifacetada. Roger Chartier (1991) nos traz que:

Esse retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõe uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (Chartier, 1991. p. 183).

Diante do que é dito por Chartier (1991), é possível perceber que os lugares de memória podem sofrer influências daqueles que possuem uma dominação em determinados espaços, configurando-se como uma manipulação de memórias. Nesse jogo de poder, onde as memórias dos lugares acabam sofrendo manipulação na busca de construir uma narrativa que legitime o poder daqueles que o detém. Dessa forma, a memória sofre de interferência ideológica, como aponta Paul Ricoeur (2007):

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação, ao mesmo tempo que os contornos da própria ação. Hannah Arendt nos lembra que a narrativa diz o “quem da ação”. É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento quanto da rememoração. (...) é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece (Ricoeur, 2007, p. 98).

O autor reflete sobre os abusos da memória, que, por muitas vezes, são utilizados na construção de um fato, podendo assim formar memórias coletivas desconectadas com a realidade. Quando se pensa nas memórias dos lugares, especificamente as cidades, pode-se pensar nesses abusos da memória na formação de identidades locais, celebração

de acontecimentos fundadores e, conseqüentemente, na legitimação da ordem e do sistema de poder instaurado.

É justamente no contexto desses abusos de memória, que se produzem o silenciamento de parte das memórias dos lugares. Os detentores do poder, para estar na posição de dominantes, precisam executar um processo de silenciamento daqueles que ameaçam a legitimidade do seu poder. É nesse sentido que ocorre o silenciamento de algumas memórias dos lugares, objetivando assim, o seu esquecimento na memória coletiva. É buscar, propositalmente, esquecer algumas lembranças que formam as memórias coletivas como, por exemplo, ocorrem com nomes de ruas e bairros nas cidades brasileiras, onde se apagam nomes, que por muitas vezes são ligados à populares que participaram ativamente da formação da cidade, para por nomes de pessoas pertencentes ao grupo determinado da época, que possuem poder e influência, como desembargadores, presidentes, militares etc.

Sendo assim, é através desse impulso ocasionado pela crise de memória das cidades que se buscou valorizar o passado desses espaços. Essa crise poderia ser sanada através da recuperação do tempo e do espaço. Uma construção de uma "memória da cidade" e não de uma "memória urbana" precisa acontecer para que se recupere o que se perdeu, por isso a importância da valorização do passado. Esse processo de recuperação do tempo e do espaço só se torna possível através da luz de duas ciências que trabalharão em harmonia: a História e a Geografia. Para compreender a memória da cidade, é importante ressaltar que a memória coletiva atrelada aos espaços da cidade não é homogênea, uma vez que ela não segue o parâmetro de globalização.

Cotidiano, lugar e memória da/nas cidades

Ao tratar de cotidiano, o entendimento comum é que são “práticas do dia a dia”, no entanto, Certeau (2009) apresenta uma visão mais ampla dessa palavra. De acordo com esse autor, o cotidiano constitui a cultura do indivíduo, pois contém suas práticas. Essa cultura em questão é fabricada por uma ordem econômica vigente, na qual são criados “produtos” a serem consumidos. Por sua vez, esse consumo cria ou altera a cultura e, conseqüentemente, o cotidiano. Segundo o autor:

Muitos trabalhos, geralmente notáveis, dedicam-se a estudar seja as representações, seja os comportamentos de uma sociedade. Graças ao conhecimento desses objetos sociais, parece possível e necessário balizar o uso que deles fazem os grupos ou os indivíduos. Por exemplo, a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos

tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos produtos comprados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui (Certeau, 2009, p. 38).

Partindo dessa perspectiva, o “produto final” do que o consumidor “fabrica” durante suas horas de consumo de uma cultura difundida por meio de representações faz parte da cultura e serve para apreender o cotidiano desse indivíduo. Certeau (2009) aponta também para o espaço urbano, no qual se deve observar o “consumidor” e seu comportamento. Acerca dessa “fabricação”, o autor formula que:

A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da “produção” (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos. A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (Certeau, 2009, p. 39)

Observar como o cotidiano é moldado a partir de uma ordem econômica dominante é crucial para o seu entendimento. Tendo em vista, portanto, os “consumidores” desses “produtos” e as formas de pensar e agir de acordo com a ordem que os rege, é possível afirmar que o cotidiano também é algo forjado pelo instrumento do poder e por seus detentores.

É nas cidades que seus habitantes vivenciam seus respectivos cotidianos, agindo como consumidores e produtores de uma cultura da cidade. Nesse espaço urbano, os cidadãos consomem tanto a cultura material (as estruturas arquitetônicas e toda a composição organizacional física da cidade, por exemplo) quanto a imaterial, que diz respeito a todo o modo comportamental que rege o funcionamento dessa cidade. Nesse panorama, entram as práticas, as representações e a memória.

Assim como a memória, o cotidiano também pode ser entendido tanto na esfera individual (vida privada) quanto na coletiva, em que uma não precisa deixar pausar o seu fluxo para que o outro se inicie, seguindo em conjunto e sem interrupções, mas apenas rupturas. É a partir do cotidiano do cidadão na cidade que virão as experiências vividas

nesse espaço. Logo, as memórias se formam a partir dessas experiências, além de formular a concepção de lugar dentro da cidade. Sendo assim, a concepção de lugar é algo inerente ao cotidiano, ou seja, para que se cristalice a sua concepção, é preciso ter havido a experiência adquirida a partir da vivência obtida pelo cotidiano do espaço.

É importante salientar que a construção do lugar não acontece em todos os sujeitos que transitam pelo mesmo espaço em seu cotidiano. Nesse sentido, é preciso entender que a cidade é complexa em sua estrutura, possui suas especificidades e é vivida de formas diferentes, formando vários conjuntos de memórias coletivas e individuais, possuindo vários símbolos em sua formação que constituem o imaginário da cidade.

É válido ressaltar que, mesmo compreendendo o elo que os lugares constroem com as experiências vividas pelos indivíduos ao longo do cotidiano e as suas relações com as memórias, essa concepção de lugar para o sujeito pode ser fabricada. Nesse viés, Huyssen (2000) aponta que o ser humano tem medo do esquecimento e, por isso, passa a ser facilmente seduzido pela memória. Sobre isto, o autor cita que:

O enfoque sobre a memória é energizado subliminarmente pelo desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido. Ao mesmo tempo, sabemos que tais estratégias de rememoração podem afinal ser, elas mesmas, transitórias e incompletas (Huyssen, 2000, p. 20).

Com esse desejo de rememoração, o autor evidencia que é possível uma memória se tornar mercadoria. Dessa forma, os lugares de memória também sofrem esse impacto e passam a ser fabricados pelo *marketing* da própria cidade, que visa estimular o turismo ou glorificar determinados pontos da história da cidade para legitimar a formação de um ponto turístico, tal prática acaba gerando a concepção de que, mesmo que o indivíduo não vivencie a experiência no espaço, possa criar a concepção de lugar e um pertencimento de memória, já que ele pertence àquele espaço em que se propagou determinada objetificação da memória enquanto produto. É necessário considerar também que, para que a legitimação desse produto possa acontecer, ele precisa ser propagado por meios que possuam uma parcela de poder de influência sobre os demais, pois assim essa memória pode ser inculcada na massa. Forja-se, assim, um lugar nunca vivenciado de fato.

As relações que constituem a memória coletiva não são como um simples quebra-cabeça, no qual basta encaixar as peças e contemplar sua completude, mas sim como um caleidoscópio, em que em cada junção de pedras em seu interior forma uma imagem diferente. As pedras seriam os variados grupos que compartilham experiências

semelhantes, havendo identificação cotidiana entre alguns indivíduos na construção do lugar e em outros não.

Considerações finais

Por fim, é possível elaborar uma reflexão para responder à indagação que guiou a discussão nesse trabalho: qual o elo existente entre os lugares de memória e a memória dos lugares? São dois termos que trabalham em uma dialética; os lugares de memória são formulados através das memórias depositadas nesses lugares. Ainda assim, entende-se que os lugares de memória, por mais que estejam relacionados à memória, ainda trazem um distanciamento, e entender isso é indispensável na concepção de lugar pela ótica da Geografia. De acordo com Tuan (1975), a formação do lugar de memória depende da relação de experiências que se vivenciou em determinado espaço e de que forma essas experiências trazem lembranças afetivas, ou seja, a formação dos lugares de memória depende, primeiramente, da memória dos lugares.

Em relação ao que foi discutido sobre a cidade e seus habitantes, podemos afirmar que os cidadãos passam a construir várias memórias no que se refere aos espaços da cidade conforme a sua vivência no espaço acontece. Esse fenômeno constitui a ideia de lugar, que surge através do conjunto de vivências e memórias atreladas a determinados espaços, formando assim, os lugares de memória. É necessário acrescentar que, como foi discutido ao longo do trabalho, a concepção desses lugares, por muitas vezes, não é ligada apenas aos sujeitos, podem estar relacionadas a abusos de memória realizados por aqueles que buscam firmar determinadas versões de memória por vários motivos, seja por questão de reafirmação de lugar de poder ou para formulação de uma mercadoria relacionada a uma memória coletiva a ser moldada.

Finalizando a discussão, pode-se dizer que por mais que o núcleo teórico que guiou esse artigo tenha sido oriundo da História e a Geografia, o auxílio das demais ciências humanas, como a Filosofia e a Sociologia, foram de suma importância para o desenvolvimento do debate, fortalecendo assim, a importância do debate interdisciplinar em trabalhos acadêmicos.

Por fim, foi possível perceber que, esses lugares de memória, tendo sido realmente vivenciados ou não, moldados ou não, passam a possuir as cargas simbólicas atreladas aos espaços pelo imaginário dos cidadãos e vivenciados ao longo do cotidiano desses que passam por esse espaço. Portanto, esse movimento contribui para a criação da identidade

do sujeito que vive em seu espaço. Com esse movimento, os lugares passam a possuir memória, ou seja, as memórias dos lugares.

Referências

- FERRO, Marc. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 202-203.
- ABREU, Maurício. Sobre a Memória das cidades. *Revista Território*. v. 3, n. 4, p. 5-26, jan./jun., 1998.
- ALVARENGA, André. Lugar e memória: cenários. *GEOgraphia*, v. 19, n. 41, p. 97-109, set./dez., 2017.
- BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, Célia; PESAVENTO, Sandra. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997, p. 13-20.
- BUTTNER, A. Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: *TEORIA Y MÉTODO EN LA GEOGRAFIA ANGLOSAJONA*. Maria Dolores Garcia Ramón (org.), Barcelona, Ariel. 1985. p. 227-241.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes. 2009.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.
- _____. *O mundo como representação*. Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- ENTRIKIN, J. N. *The Betweenness of Place: Toward a Geography of Modernity*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.

- FERRARA, Lucrécia. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia; PESAVENTO, Sandra. *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997, p. 193-204.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.
- LEITE, Adriana Filgueira. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. *Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ*. Rio de Janeiro, Volume 21, p. 9-20, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista História e Cultura*. v. 10, p. 7-28, dez., 1993.
- PERES, Sônia Maria Zanezi. Malrice Halbwachs e a memória coletiva e individual. *Revista Missioneira*. Santo Ângelo. v. 23. n. 2, p. 71-78. jul/dez. 2021.
- PESAVENTO, Sandra. História, Memória e Centralidade Urbana. *Revista Mosaico*, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun., 2008.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7. 1979. p. 01-25.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec. 1994.
- TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, v. 65, n. 2. 1975. p. 151-165.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.